

LGPD para Concursos

Prof. Walter Cunha

falecomigo@waltercunha.com

[Professor] – WALTER CUNHA



Outros Cursos no Provas de TI:

<http://bit.ly/2RsnuhF>

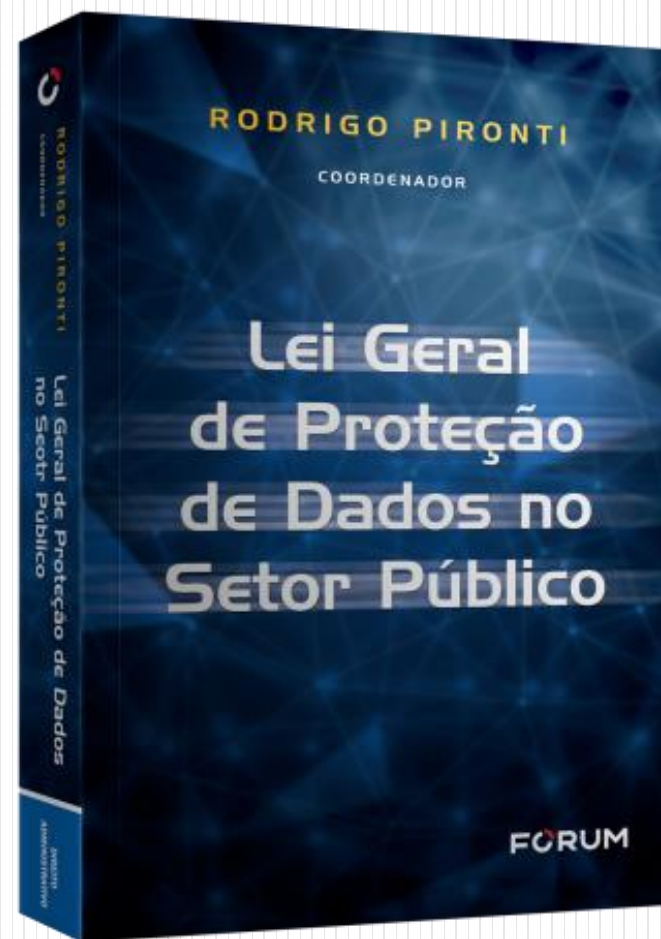
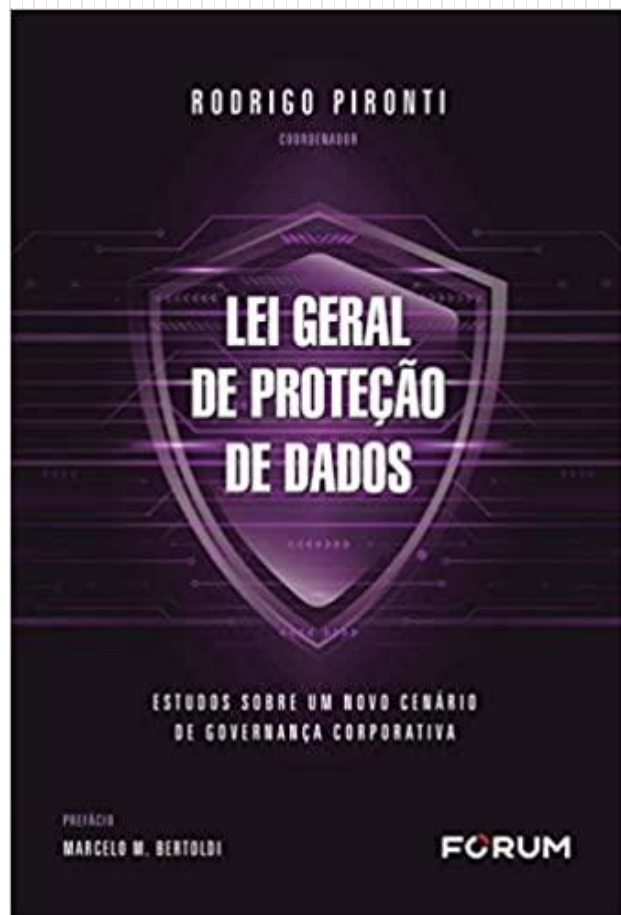
Canal do Telegram:

<https://t.me/profwaltercunha>

Outros:

<https://linktr.ee/waltercunha>

CO-AUTOR



REFERÊNCIAS

- **Gestgov LGPD** <https://gestgov.discourse.group/tag/lgpd>
- **Guias Operacionais da LGPD** <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/guias-operacionais-para-adequacao-a-lgpd>
- **Guia de Boas Práticas - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**
<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/guia-de-boas-praticas-lei-geral-de-protecao-de-dados-lgpd>

REFERÊNCIAS

- **GUIA ORIENTATIVO SOBRE AGENTES DE TRATAMENTO E ENCARREGADO**
https://www.gov.br/anpd/pt-br/assuntos/noticias/inclusao-de-arquivos-para-link-nas-noticias/2021-05-27-guia-agentes-de-tratamento_final.pdf
- **CONSULTA PÚBLICA SOBRE NORMA DE FISCALIZAÇÃO**
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/norma-de-fiscalizacao-da-anpd>
- **Agenda Regulatória da ANPD 2021-2022**
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-11-de-27-de-janeiro-de-2021-301143313>

REFERÊNCIAS

- **IN 117 SGD/2020 - Dispõe sobre a indicação do Encarregado**
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-sgd/me-n-117-de-19-de-novembro-de-2020-289515596>
- **Levantamento de LGPD do TCU**
<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/auditoria-do-tcu-vai-avaliar-a-adequacao-das-organizacoes-publicas-a-lgpd.htm>
- **Serpro sobre LGPD**
<https://www.serpro.gov.br/lgpd>

REFERÊNCIAS

- **LGPD**

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

- **Marco Civil da Internet**

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm

- **LAI**

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

ORGÃOS REGULADORES

- **Congresso Nacional** – Expedições de Leis
- **SGD** – Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP)
- **GSI** – assessoramento PR em assuntos militares e de segurança
- **AGU** – Orientações Normativas e Pareceres Vinculantes
- **CGU** – Controle Interno do Executivo Federal
- **TCU** – Controle Externo da União (Acórdãos, Súmulas...)
- **Judiciário** – Controle Judicial (Coisa Julgada)

REFLEXÃO

Dados (Pessoais) são o Novo Petróleo?

Contexto: Privacidade

- Vivemos na **Era do Conhecimento e da Informação**
- → “*Conhecimento impulsiona o Desenvolvimento*”
- ***Mas, o desenvolvimento pode vir a QUALQUER CUSTO?***
- Aspectos a serem sopesados:
 - Éticos
 - Sustentabilidade
 - Privacidade
 - Transparência
 - Isonomia (algoritmos)
 - Geopolítica

Contexto: Provocação

- De quem são os dados que coletam sobre você?
 - Da empresa/governo que coletou?
 - De quem comprou do Coletor?
 - Seus?
- **Princípio da Autodeterminação Informativa:**
direito de escolher quais dados serão usados, bem como os limites e o prazo dessa utilização



Contexto: Privacidade

- Facebook x Cambridge Analytica
- Privacidade Hackeada:
<https://youtu.be/wjXYCrXRWqcO>
- Dilema das Redes
- <https://youtu.be/7X54fS0SQyw>



Auditoria do TCU vai avaliar a adequação das organizações públicas à Lei Geral de Proteção de Dados

Com entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados em agosto de 2020, o Tribunal decidiu realizar auditoria para análise da adequação das organizações públicas aos seus dispositivos

Por Secom TCU

11/11/2020



A [Lei 13.709/2018](#), denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), dispõe sobre o tratamento de dados pessoais por pessoa natural ou por pessoa jurídica, com o intuito de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

A LGPD foi promulgada em 14 de agosto de 2018 e, inicialmente, entraria em vigência dezoito meses após a publicação. No entanto, o prazo foi estendido para 24 meses e a Lei passou a vigorar em agosto de 2020.

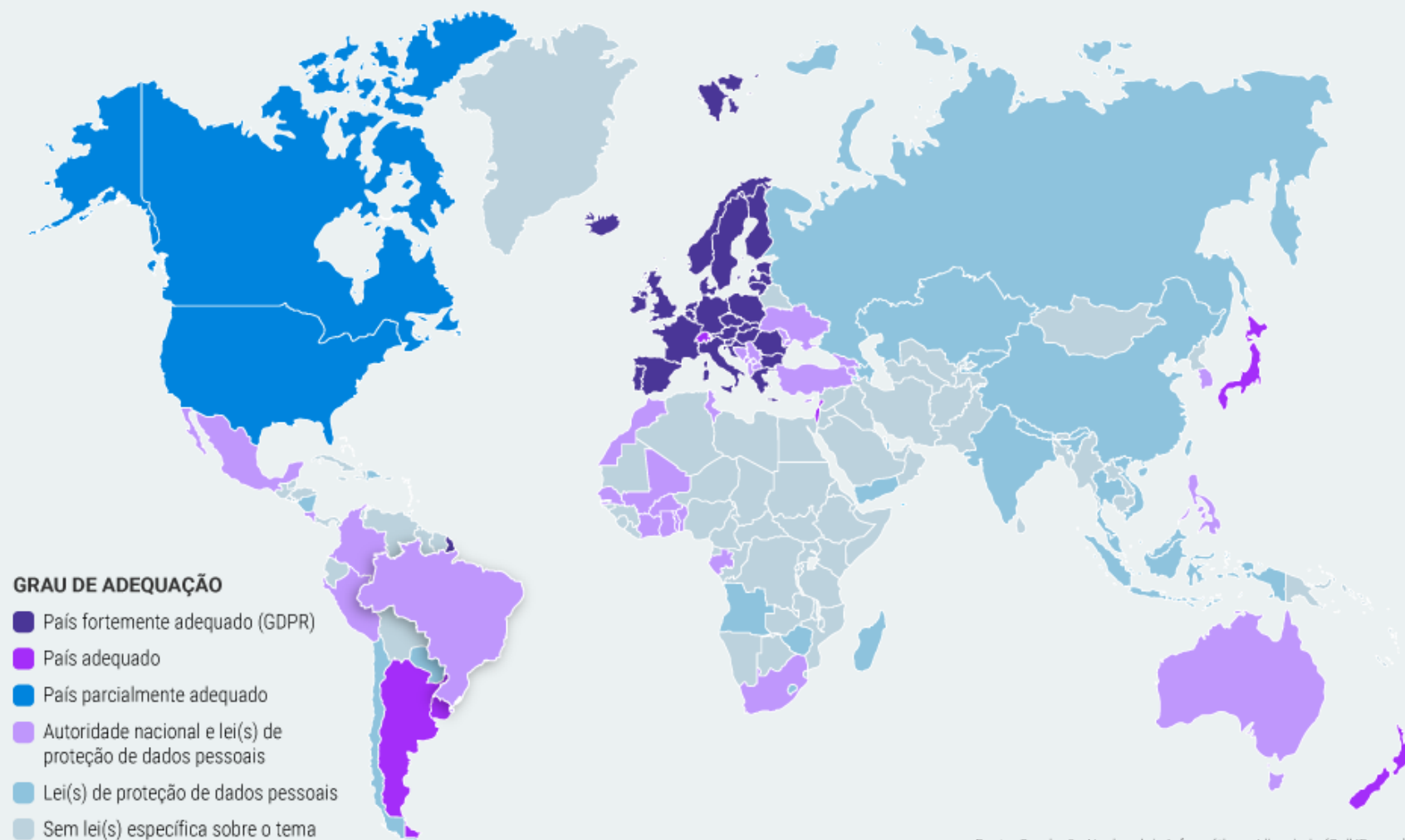
Diante disso, no primeiro trimestre de 2021, o TCU conduzirá, sob a relatoria do ministro Augusto Nardes, auditoria para analisar a adequação das organizações públicas à LGPD e a estruturação da ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados). O método utilizado para avaliar as organizações será o de autoavaliação de controles internos (do inglês *Control Self-Assessment* – CSA), por meio do qual é disponibilizado um questionário eletrônico para que os gestores preencham as respostas que melhor refletem a situação das respectivas organizações com relação aos controles relacionados à LGPD.

Europa Reage: GPDR

- **General Data Protection Regulation**
- **(Em vigor desde 25 de maio de 2018) – 3 anos**
- - Determina um conjunto de padrões de referência para as empresas que lidam com os dados dos cidadãos da UE para melhor salvaguardar o processamento e o movimento dos dados pessoais dos cidadãos
- - Alcance Extraterritorial
- - Bilhões em multas!

CCPA

- O California *Consumer Privacy Act of 2018* (CCPA), nos Estados Unidos da América, implementado por meio de uma iniciativa em âmbito estadual, na Califórnia, onde foi aprovado no dia 28 de junho de 2018 (AB 375)
- Diferentemente das leis da UE, a CCPA exclui pequenas empresas – aqueles que coletam dados de menos de 50 mil consumidores, faturam menos do que 25 milhões de dólares anualmente e recebem menos do que 50% da sua receita dos dados dos seus consumidores
- As multas da CCPA são aplicadas por violação e não por não conformidade, e a lei da Califórnia somente penaliza os negócios quando uma violação acontece



Fonte: Comissão Nacional de Informática e Liberdade (Cnil/França)

No Brasil: Dados Pessoais

- Habeas Data
- Marco Civil da Internet
- Lei de Cadastro Positivo
- Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)
- Lei de Acesso à Informação (LAI)

No Brasil: LGPD

Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018)

- A LGPD foi promulgada em 14 de agosto de 2018 e, inicialmente, entraria em vigência dezoito meses após a publicação. No entanto, o prazo foi estendido para 24 meses e a Lei passou a vigorar em agosto de 2020
- Além de garantir os direitos individuais, a LGPD tem como objetivo estimular o desenvolvimento sustentável da economia e dos negócios, com base nas melhores práticas internacionais

LGPD: Aplicação

- Regras sobre (todo ciclo de vida da informação):

- coleta
- tratamento
- armazenamento e
- compartilhamento

de dados pessoais gerenciados pelas organizações

- Princípios da **Finalidade, Adequação e Necessidade** (minimização)

LGPD: Aplicação

A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

- o respeito à privacidade;
- a autodeterminação informativa;
- a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
- a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
- o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
- a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e
- os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

LGPD: Características

A LGPD trata da imposição de **barreiras para o uso indiscriminado dos dados**:

- O objetivo principal é o de proteger os dados pessoais, sensíveis ou não, de pessoas naturais, qualquer que seja o meio ou a tecnologia empregada para o tratamento
- **Altera o marco civil da internet** para que os cidadãos possam ter o controle sobre suas informações pessoais
- Compatibilizado com a LAI (por meio de Veto)

LGPD: Alcance

- Empresas estabelecidas em território nacional
- Organizações com sede no exterior que ofereçam serviços ou tenham operações no País envolvendo tratamento de dados (Extraterritorial)
- Dados tratados em outros países também estão sujeitos à lei, se tiverem sido coletados no Brasil

LGPD: Não Aplicação

- tratamento realizado para fins exclusivamente pessoais e sem fins econômicos
- tratamento realizado para fins jornalísticos ou artísticos, acadêmicos, segurança pública, defesa nacional, segurança do estado ou atividades contra infração penal
- dados anonimizados

Vedações

Entre as **ações coibidas** pela LGPD, estão:

- a coleta e o uso de dados pessoais sem consentimento (explícito, consciente e específico), seja pela iniciativa privada ou pelo poder público
- utilização de informações pessoais para a prática de discriminação ilícita ou abusiva

Exceções

- A LGPD lista uma série de **exceções que não são objeto dessa regulação**, como o uso de dados em atividades não econômicas ou para fins jornalísticos, artísticos, acadêmicos, de segurança nacional ou de investigação
- Em relação ao **uso por parte de governos**, os dados pessoais podem ser tratados sempre que a finalidade seja a execução de políticas públicas previstas em lei

Término de Uso de Dados Pessoais

Ocorrerá quando:

- I. Finalidade alcançada
- II. Fim do período de tratamento (vigência)
- III. Comunicação do titular nesse sentido
- IV. Determinação da autoridade nacional

Término de Uso de Dados Pessoais

REGRA: eliminação após o alcance da finalidade, com informação ao titular.

Exceções que permitem a conservação:

I –para **cumprimento de obrigação legal** ou regulatória pelo controlador;

II –**para estudo por órgão de pesquisa**, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

III - **transferência a terceiro**, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; ou

IV - **uso exclusivo do controlador**, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

Especificidades

- Tratamento de Dados Pessoais de familiares, crianças e adolescentes
- Transferência internacional de dados
- Compartilhamento de dados na rede de saúde suplementar
- Lei de Acesso à Informação

LGPD: Princípios

- **Finalidade:** propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular
- **Adequação:** compatibilidade do tratamento com finalidades informadas ao titular
- **Necessidade:** limitação ao mínimo necessário para realização de suas finalidades
- **Livre acesso:** garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita
- **Qualidade dos dados:** garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados
- **Transparência:** garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis

LGPD: Princípios

- **Segurança:** utilização de medidas técnicas e administrativas aptas à proteção de dados
- **Prevenção:** adoção de medidas para prevenir ocorrência de danos face o tratamento dos dados pessoais
- **Não discriminação:** impossibilidade de realização do tratamento com fins discriminatórios
- **Responsabilização e prestação de conta:** demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar observância e cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e eficácia dessas medidas

DADOS PESSOAIS PÚBLICOS OU TORNADOS PÚBLICOS PELO TITULAR

- Deve considerar a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram sua disponibilização
- Dispensa-se o consentimento, resguardados os direitos e princípios revistos na LGPD
- Mesmo com o consentimento do titular, o controlador que necessitar comunicar ou compartilhar dados pessoais com outros controladores deverá obter consentimento específico para esse fim
- Eventual dispensa do consentimento não desobriga os agentes de tratamento quanto às demais obrigações previstas na LGPD

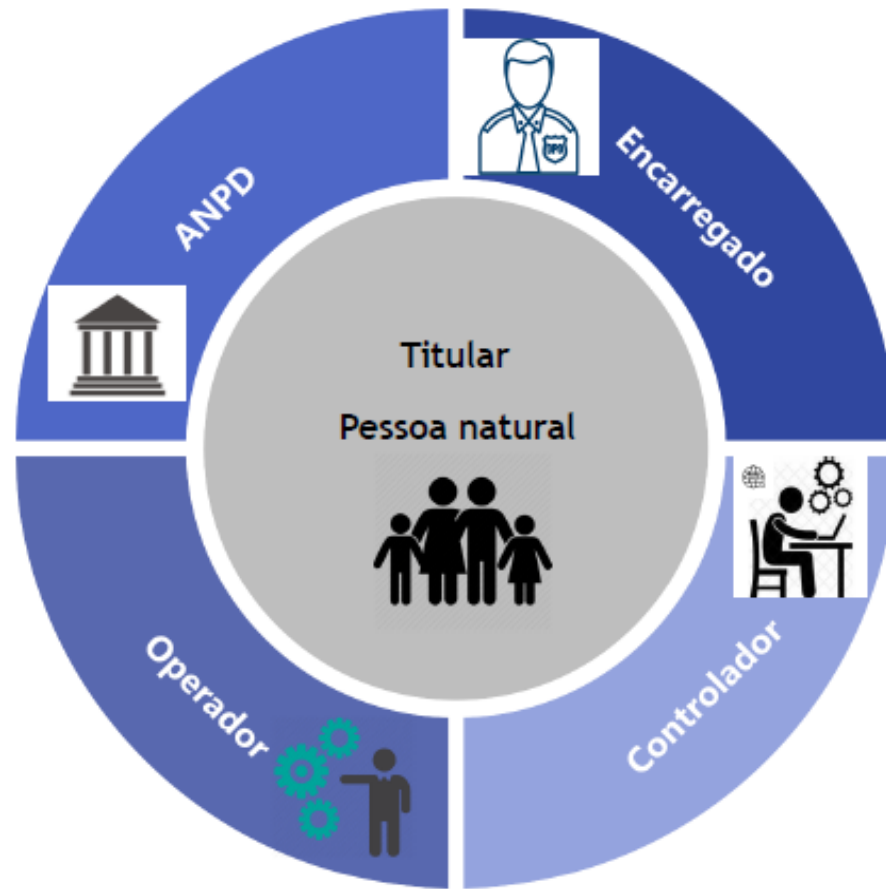
LGPD: Definições

- **Dados pessoais:** o que está relacionado à pessoa natural identificada ou identificável. Exemplo: nome, endereço, CPF, endereço de IP, fotos, placa de carro, número de matrícula e outros
- **Dados pessoais sensíveis:** estão relacionadas informações sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, saúde ou vida sexual, dado genético ou biométrico e outros
- **Dados pessoais de crianças e adolescentes:** visam ao seu melhor interesse e cuidado

LGPD: Definições

- O termo **privacy by design** refere-se à metodologia que visa proteger a privacidade do usuário desde a concepção de quaisquer sistemas de tecnologia da informação ou de práticas de negócio que sejam concernentes ao ser humano
- Assim, a proteção da privacidade será o ponto de partida para o desenvolvimento de qualquer projeto, sendo incorporada à própria arquitetura técnica dos produtos e serviços.

LGPD: Atores



LGPD: Atores

- **Titular:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento
- **Controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais

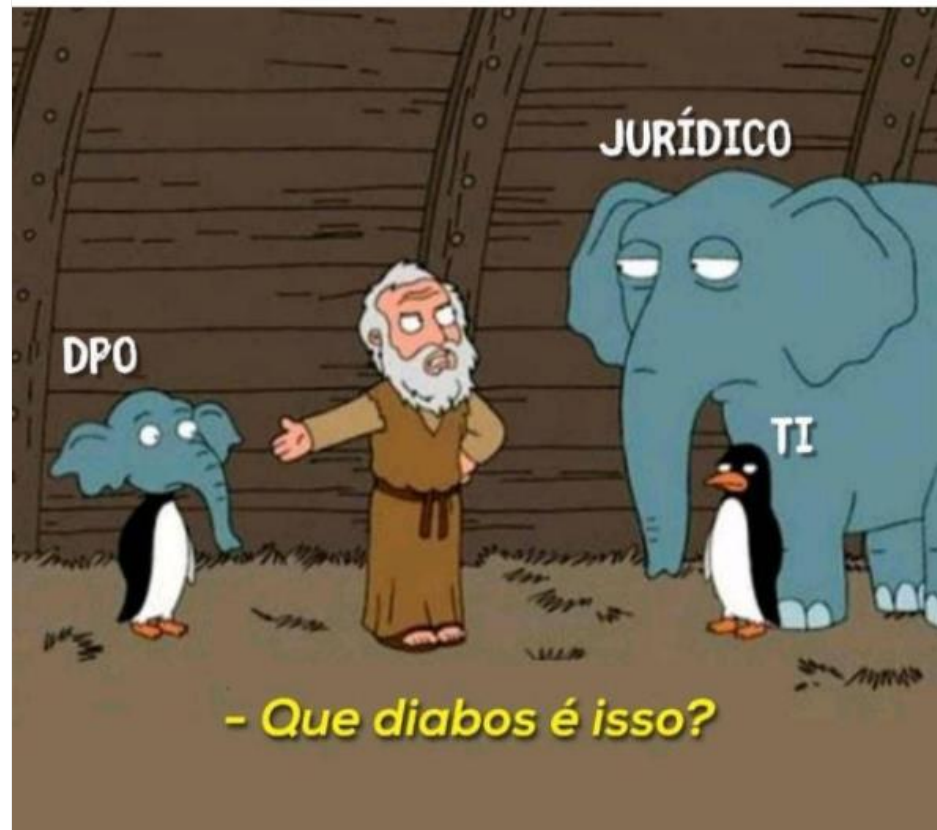
LGPD: Atores

- **Operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador
- **Suboperador** - aquele contratado pelo operador para auxiliá-lo a realizar o tratamento de dados pessoais em nome do controlador
 - * A relação direta do Suboperador é com o operador e não com controlador

LGPD: Atores

Instagram

🔍 Pesquisar



LGPD: Atores

- **Encarregado (DPO):** O encarregado é o indivíduo responsável por garantir a conformidade de uma organização, pública ou privada, à LGPD
- É importante observar que a LGPD não proíbe que o encarregado seja apoiado por uma **equipe de proteção de dados**
- No setor privado também é comum existir um "***privacy office***" que tem mais do que apenas o/a encarregado/a

IN SGD/ME Nº 117 DE 2020

- *§ 1º O Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais indicado:*
- *I - deverá possuir conhecimentos multidisciplinares essenciais à sua atribuição, preferencialmente, os relativos aos temas de: privacidade e proteção de dados pessoais, análise jurídica, gestão de riscos, governança de dados e acesso à informação no setor público; e*
- *II - não deverá se encontrar lotado nas unidades de Tecnologia da Informação ou ser gestor responsável de sistemas de informação do órgão ou da entidade.*

IN SGD/ME Nº 117 DE 2020

- *Art. 2º A identidade e as informações de contato do Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais deverão ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, no sítio eletrônico institucional do órgão ou da entidade, nos termos do § 1º do art. 41 da Lei nº 13.709, de 2018.*

IN SGD/ME Nº 117 DE 2020

- *Art. 3º A autoridade máxima do órgão ou da entidade deverá assegurar ao Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais:*
- *I - acesso direto à alta administração;*
- *II - pronto apoio das unidades administrativas no atendimento das solicitações de informações; e*
- *III - contínuo aperfeiçoamento relacionado aos temas de privacidade e proteção de dados pessoais, de acordo com os conhecimentos elencados no inciso I do § 1º do art. 1º e observada a disponibilidade orçamentária e financeira do órgão ou entidade.*

Direito dos Titulares dos Dados

- Confirmação de Existência do Tratamento de Dados
- Acesso aos dados
- Correção de dados
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários
- Portabilidade
- Eliminação
- Informações sobre compartilhamento
- Informações sobre não consentimento
- Revogação de consentimento

Bases Legais

- Mediante fornecimento de **consentimento** do titular
- Para **cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador**
- Pela administração pública, para tratamento e uso compartilhado de dados necessários à **execução de políticas públicas**
- **Para estudos por órgão de pesquisa**, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais
- **Quando necessário para execução de contrato** ou procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados

Bases Legais

- **Para exercício regular de direitos em processo** judicial, administrativo ou arbitral
- **Para proteção da vida ou da incolumidade física** do titular ou terceiro
- *Para tutela da saúde*, em procedimento realizado por profissionais da área de saúde ou entidades sanitárias
- **Quando necessário atender interesses legítimos do controlador ou de terceiro**, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam proteção dos dados pessoais
- Para **proteção do crédito**

Punições

As empresas que violarem a nova lei estarão sujeitas à aplicação de:

- **advertências**
- **multas ***
- **bloqueios**
- **suspensões e**
- **proibições parciais ou totais do exercício de suas atividades**
- As multas podem chegar a 2% do faturamento da organização, com um limite de R\$ 50 milhões por infração

Punições

- A data marcada para o início da aplicação das sanções previstas na LGPD para as empresas que desrespeitarem as regras — que vão desde uma advertência até a aplicação de multa de até R\$ 50 milhões — continua a mesma do texto original da LGPD: 1º de agosto de 2021
- Risco de entidades de defesa do consumidor, como os Procons estaduais e municipais, ou representantes dos Ministérios Públicos Federal ou estaduais decidirem sancionar ou propor ações judiciais contra as companhias que tenham apontados supostas infrações à LGPD

ANPD

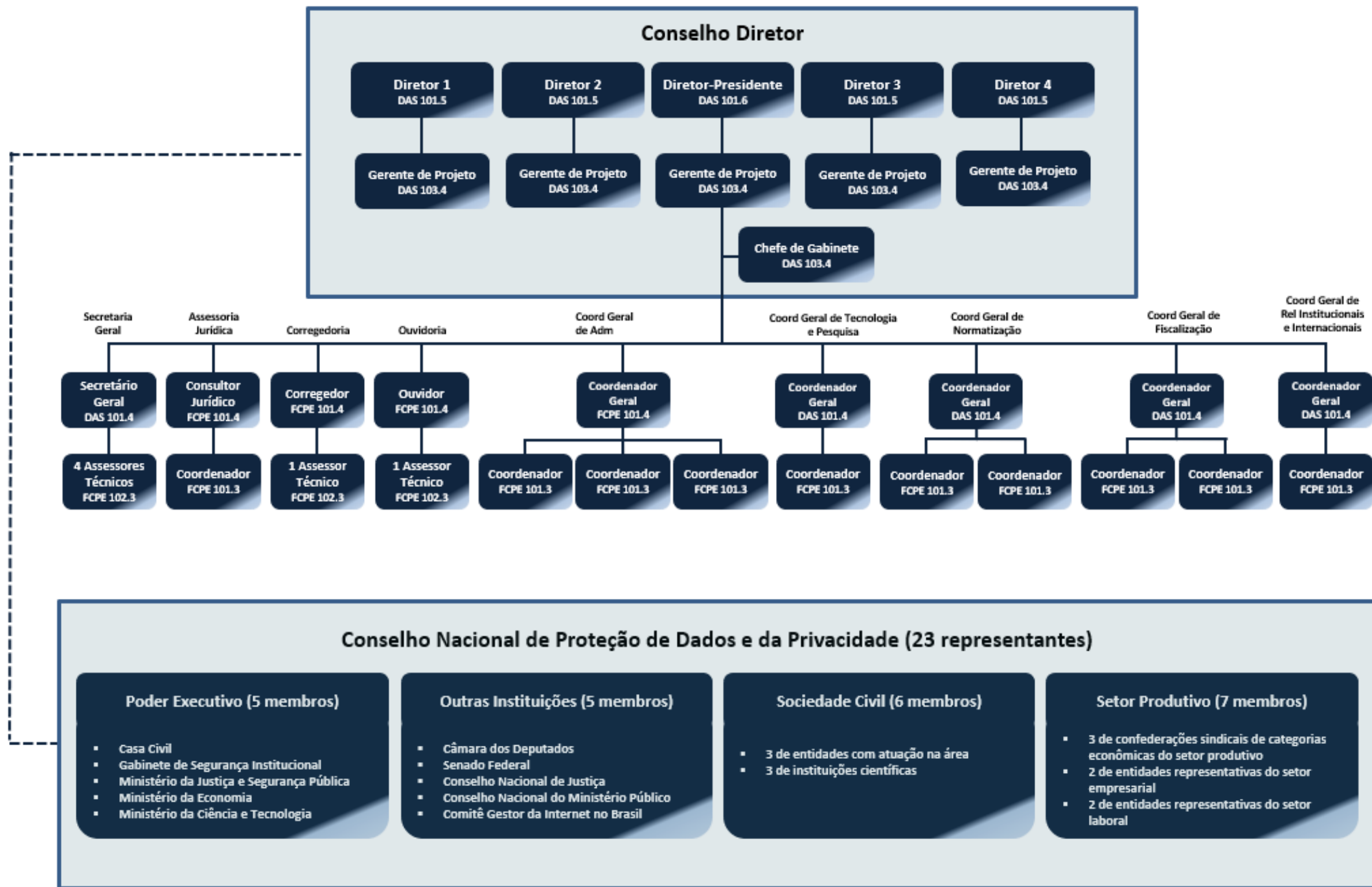


ANPD

- Lei 13.853 Cria a **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)**, órgão federal que vai editar normas e fiscalizar procedimentos sobre proteção de dados pessoais
- Entre as competências da ANPD estão zelar pela proteção dos dados pessoais, elaborar diretrizes para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, fiscalizar, auditar e aplicar sanções em caso de tratamento de dados feito de forma irregular
- A ANPD terá natureza transitória, **podendo ser transformada em autarquia vinculada à Presidência da República após dois anos, a critério do governo**

ANPD

- **O novo órgão terá a seguinte estrutura organizacional:** Conselho Diretor (órgão máximo de direção), Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, Corregedoria, Ouvidoria, órgão de assessoramento jurídico próprio e unidades administrativas necessárias à aplicação da lei.
- **O Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade será composto de 23 representantes, titulares e suplentes, de órgãos públicos e da sociedade civil.** Não há previsão explícita de participante da CGU.



Produtos Esperados

- **Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais** - a organização é obrigada a incluir o Ciclo de Vida de Dados Pessoais, que é um mapeamento sobre todas as fontes de coleta, todos os usos que eu dou a esses dados pessoais, se eles são compartilhados, onde e como são armazenados, e o ciclo de exclusão dessas informações
- **Checagem de Proporcionalidade** - comprovação que ela realmente precisava coletar aqueles dados para atingir a necessidade que desejava

Oportunidades

- As organizações podem alavancar as regulações para **a obtenção de uma vantagem competitiva no uso desses dados**
- Aproveitar o movimento e **deslançar a cultura de indicação de restrição de acesso das informações**, um dos Pré-requisitos para uma Segurança da Informação Efetiva

Polêmicas

- Direito ao Esquecimento x Memória da Internet (eterna)
- Exigência de Revisão por pessoa natural x IA
- Garantia de Não-discriminação x Propriedade Intelectual do Algoritmo
- Pessoa Natural x Falecidos
- Investigações Administrativas

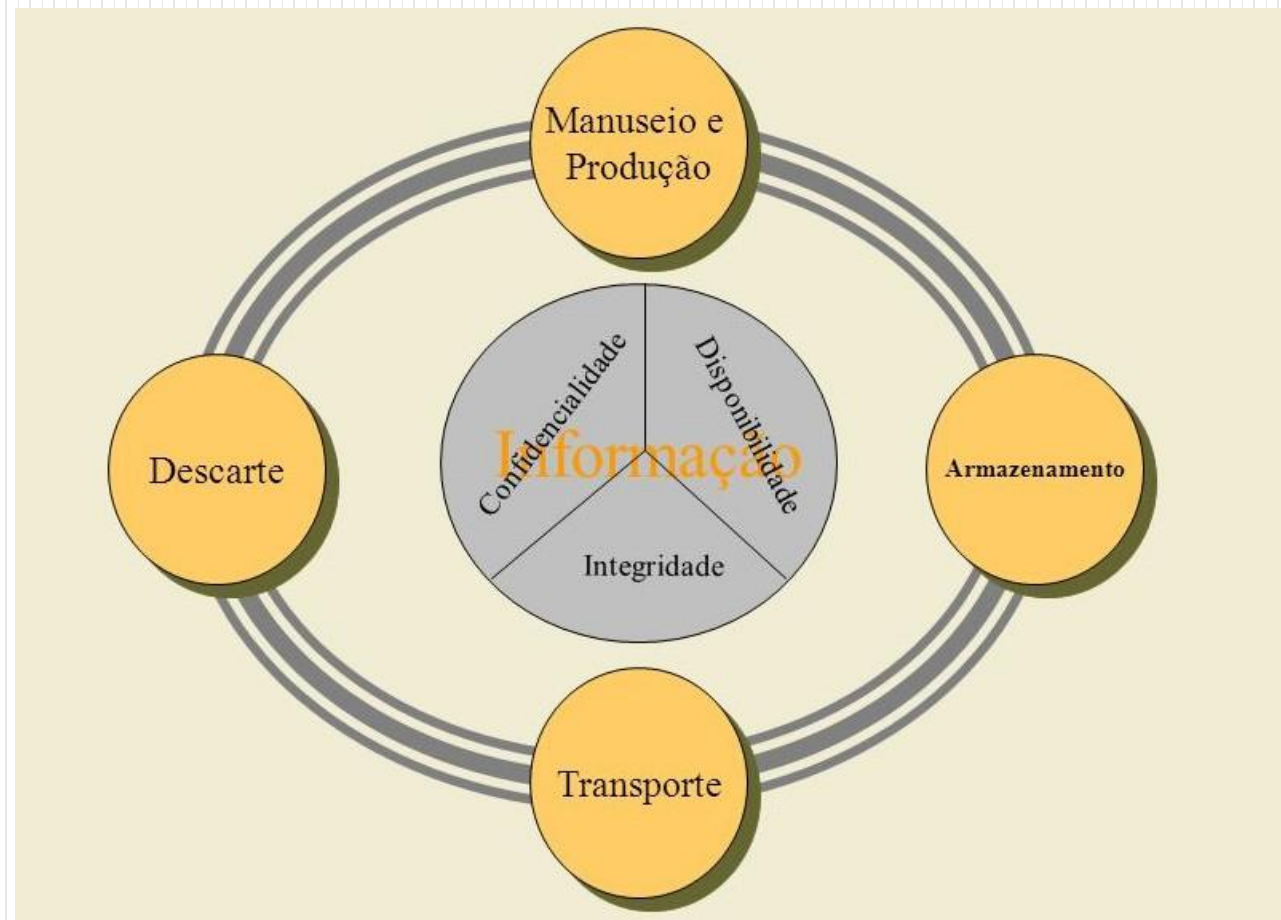
Setor Público

- *No caso do setor público, a principal finalidade do tratamento está relacionada à execução de políticas públicas, devidamente previstas em lei, regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres. O tratamento para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador também é uma hipótese corriqueira no serviço público. Nessas duas situações, o consentimento do titular de dados é dispensado. (Guia LGPD)*

LGPD mais uma parte do LEGO



Gestão de Segurança da Informação



LEI NOVA = PROBLEMAS VELHOS DE SI?

Legislação

LAI -> informação pessoal
Proteção já era necessária
Novidade é o foco no cidadão

Cultura

Mudança sempre mais difícil
Cultura segura
Novos processos de trabalho

Governança de Dados

Se tornou mais importante
Guarde apenas o necessário
Trate as informações



A ENGRENAGEM DA LGPD

Indissociável de outras disciplinas

LGPD
Proteção e tratamento de dados pessoais

Processos de trabalho
“O saber aperreia o dono”



Segurança da Informação

Confidencialidade
Disponibilidade
Integridade

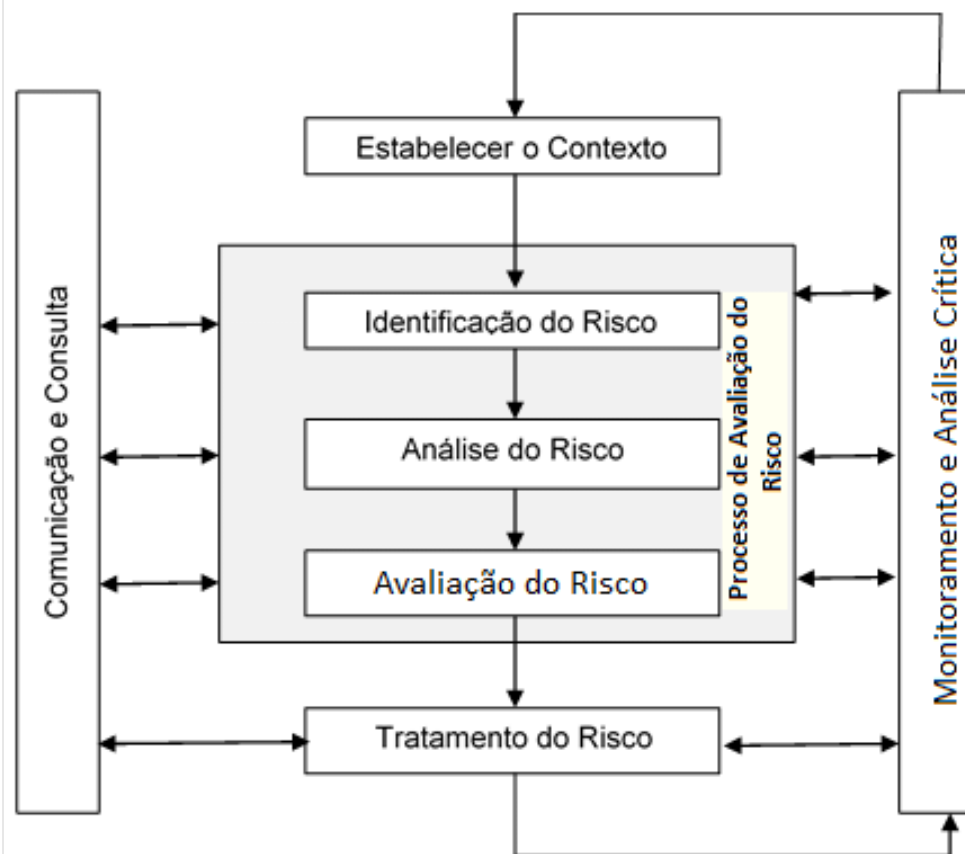
Governança de Dados

Quais dados tenho? Pra que? Por que? Como manuseá-los?

Contingência Recomendada

- Por meio da gestão de riscos é possível prospectar bases com maior potencial de desconformidade no manejo e tratamento de dados pessoais sensíveis, tais como declarações para acesso à ações afirmativas, informações socioeconômicas coletadas para fins de prestação de assistência social ou, ainda, prontuários médicos constantes dos serviços públicos de saúde, apenas para citar aqueles que têm amplos pontos de contato com a sociedade

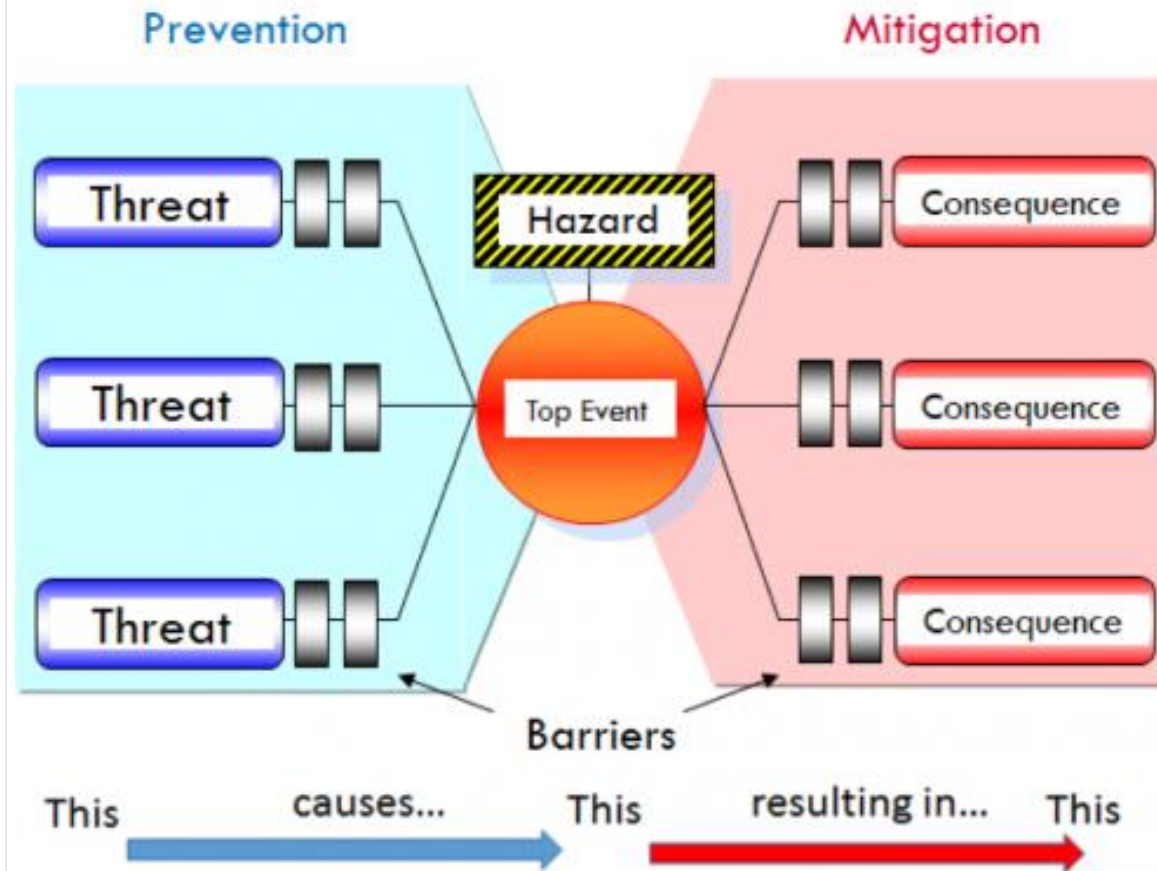
Gestão de Riscos - Ciclo



Gestão de Riscos – Mapa de Calor

P R O B A B I L I D A D E	5 – MUITO ALTA	5 RISCO MODERADO	10 RISCO ELEVADO	15 RISCO EXTREMO	20 RISCO EXTREMO	25 RISCO EXTREMO
	4 – ALTA	4 RISCO MODERADO	8 RISCO ELEVADO	12 RISCO ELEVADO	16 RISCO EXTREMO	20 RISCO EXTREMO
	3 – MÉDIA	3 RISCO MODERADO	6 RISCO MODERADO	9 RISCO ELEVADO	12 RISCO ELEVADO	15 RISCO EXTREMO
	2 – BAIXA	2 RISCO BAIXO	4 RISCO MODERADO	6 RISCO MODERADO	8 RISCO ELEVADO	10 RISCO ELEVADO
	1 – MUITO BAIXA	1 RISCO BAIXO	2 RISCO BAIXO	3 RISCO MODERADO	4 RISCO MODERADO	5 RISCO ELEVADO
		1 – MUITO BAIXO	2 - BAIXO	3 - MÉDIO	4 - ALTO	5 – MUITO ALTO
		IMPACTO				

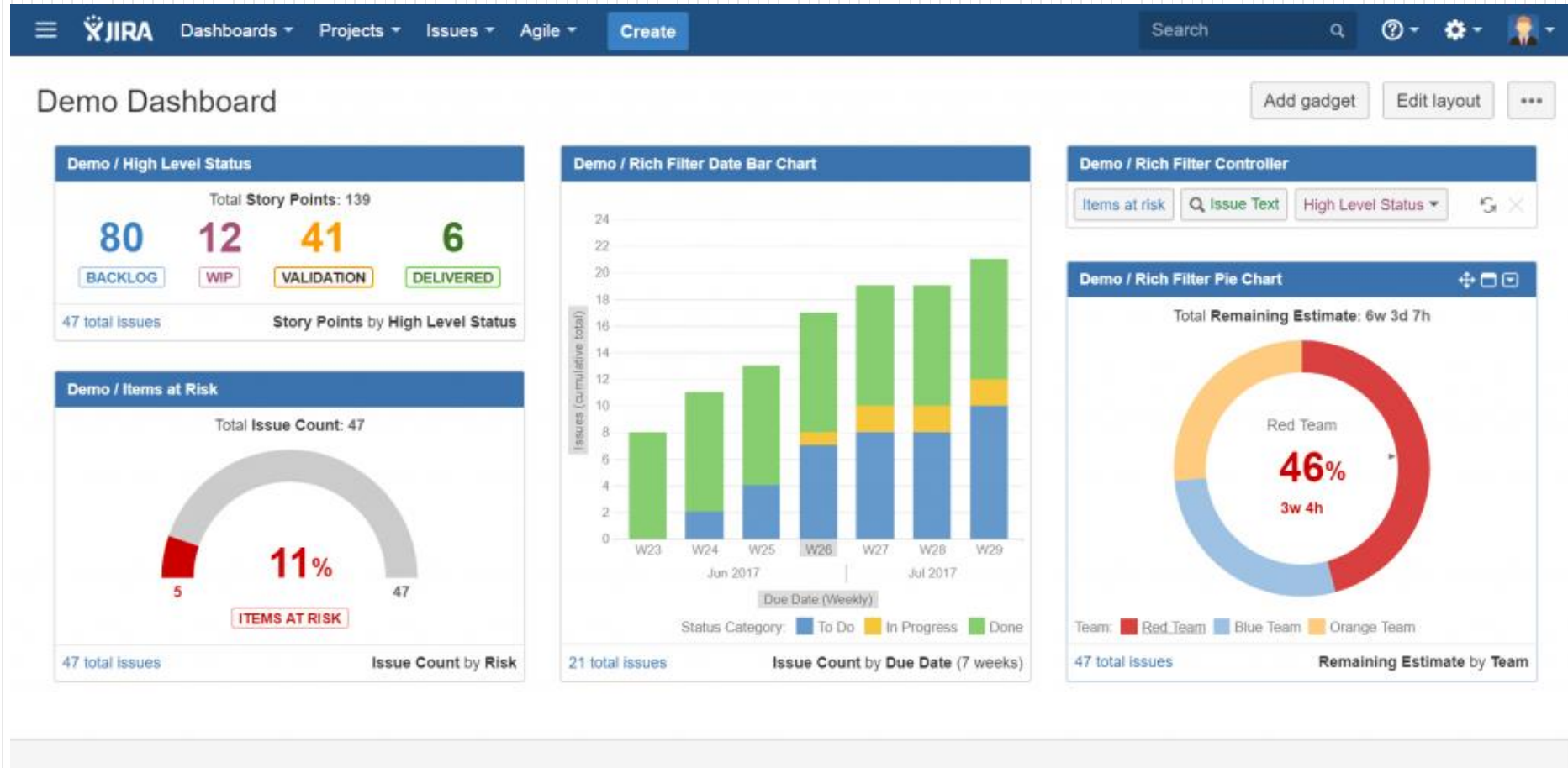
Gestão de Riscos – Bow Tie



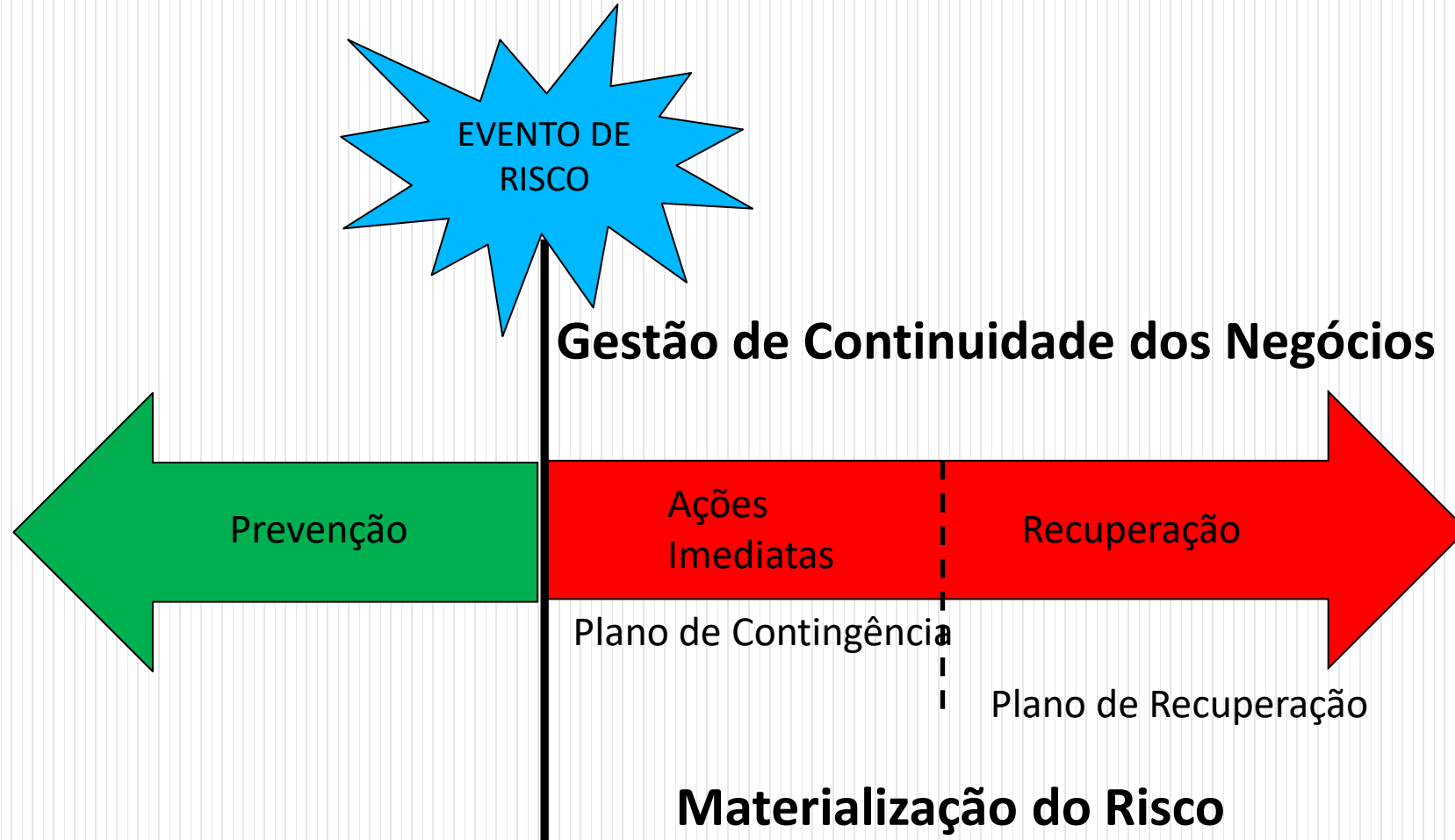
Gestão de Riscos – 5W2H

- **O que será feito (*What*)** – descrever claramente a ação que será realizada
- **Porque será feito (*Why*)** – indicar objetivo da ação e justificar necessidade de sua realização
- **Quem fará (*Who*)** – nominar e individualizar responsabilidades para cada ação do plano
- **Quando fará (*When*)** – estabelecer as datas previstas de início e fim de execução de cada ação
- **Onde fará (*Where*)** – local, unidade, processo, sistema, programa, ação etc.
- **Como fará (*How*)** – maneira, método ou solução adotada
- **Quanto custará (*How much*)** – custo das ações

Gestão de Riscos – Monitoramento

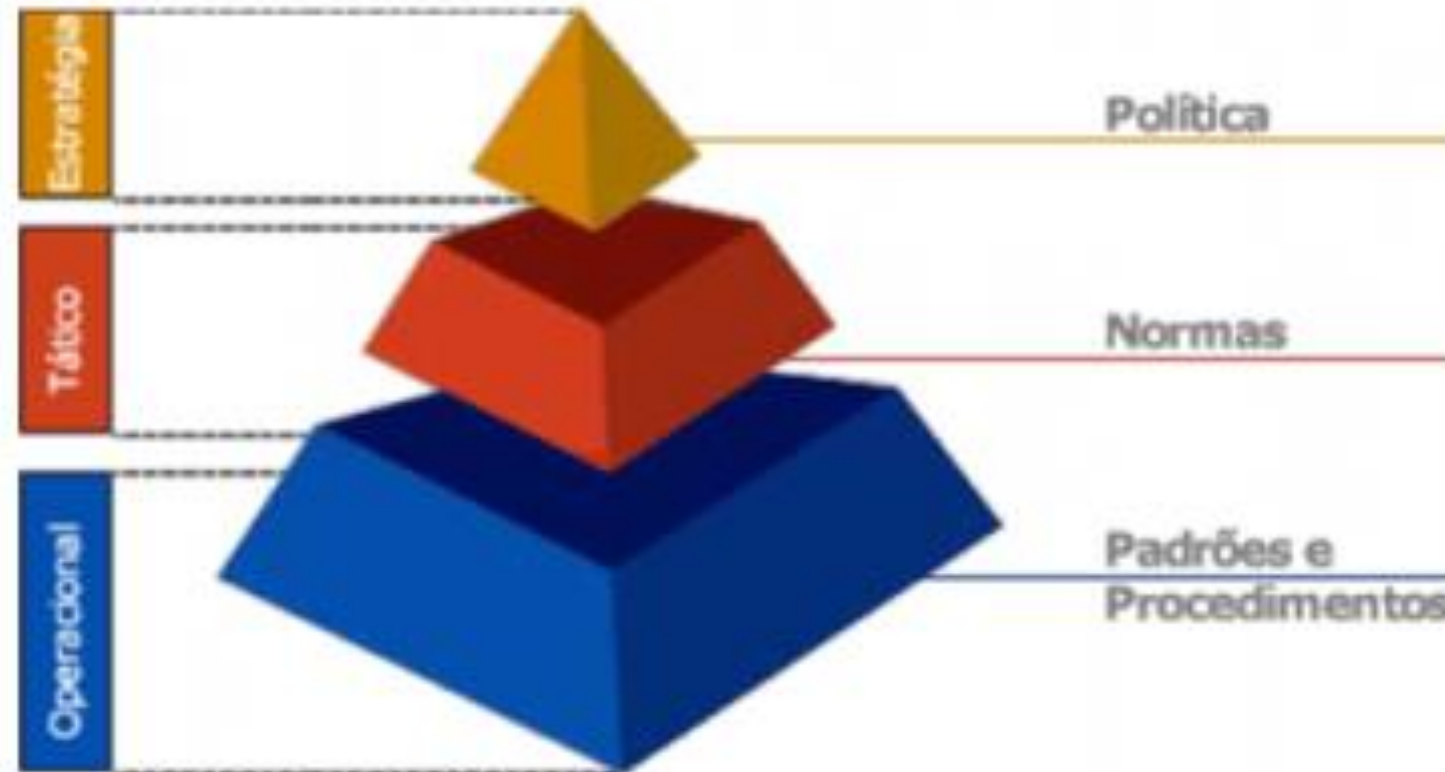


Gestão de Riscos – Aconteceu!



Revisão da PSI

Segurança da Informação



Medidas (Táticas) Sugeridas

- Sensibilização da Alta Administração
- Inserir no Planejamento Institucional do Órgão (PO/PDTI)
- Designar uma Área-Focal para liderar a iniciativa
- Identificar o papel dos intervenientes (TI, RH, Segurança, Jurídico, etc) – Visão Multidisciplinar
- Fazer Benchmarking dentro e fora da Adm Pub

Medidas (Táticas) Sugeridas

- Criar um programa de governança em proteção de dados com a elaboração de medidas e controles para o acompanhamento da implantação de padrões que estejam em conformidade com a LGPD e legislações setoriais aplicáveis
- Estruturar a área com a indicação do **Encarregado da Proteção de Dados (DPO)**
- Realizar treinamentos internos e Plano de Comunicação para apresentação das novas políticas de proteção de dados pessoais e disseminação da cultura empresarial sobre o tema

Termo de Uso

- **Termo de Uso** - é a descrição detalhada do serviço, das condições e das regras aplicáveis a ele, garantindo aos cidadãos amplo acesso às informações
- Elaboração de Termos de Uso e Políticas de Privacidade vinculados à utilização de serviços públicos por meio de aplicações (sítios, sistemas ou aplicativos para dispositivos móveis) fornecidas por órgãos e entidades da administração pública

Relatório de Impacto (RIPD)

- **RIPD:** é um documento de comunicação e transparência que orienta a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação
 - Instrumento importante de verificação e demonstração da conformidade do tratamento de dados pessoais realizado pela instituição
 - Utilizado tanto para a análise quanto para a documentação do tratamento dos dados pessoais
 - Descreve os processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.

Inventário de Dados

- **Inventário de Dados Pessoais:** inventários de todas as operações de tratamento de dados pessoais e suas avaliações sob a ótica dos princípios da LGPD.
- - Consiste em uma excelente forma de fazer um balanço do que o órgão e entidade faz com os dados pessoais, identificando quais dados pessoais são tratados, onde estão e que operações são realizadas com eles

Política de Privacidade

- Parte do Termo de Uso
- Documento que faz a prestação de informações ao usuário sobre o tratamento dos dados pessoais e a privacidade fornecida
- Advém da responsabilidade de os agentes de tratamento de dados serem transparentes como titular e informarem como as atividades de tratamento de dados atendem os princípios do artigo 6º da LGPD.
- Tópicos a serem cobertos: Controlador, Operador, Encarregado, Dados tratados, Como os dados são coletados, Compartilhamento e Segurança dos dados, Cookies, Tratamento posterior dos dados para outras finalidades e Transferência Internacional de dados

Etapas da Implantação

- Nomeação do Encarregado (?) -> Nomeação do Gerente de Projetos
- Alinhamento de Expectativas com a Alta Administração
- Maturidade da Organização
- Medidas de Segurança
- Estrutura Organizacional
- Proteção de Dados Pessoais
- Inventário de Dados Pessoais
- Levantamento de Contratos relacionados a Dados Pessoais

Canal Ágil para Tratamento de Queixas

- A ouvidoria pública por meio de sua estrutura é a candidata natural ao canal de interação sobre a LGPD
- Contudo, sugere-se que, por conta do volume esperado, a LGPD seja uma categoria de destaque na triagem
- Possivelmente, os riscos de desconformidade legal e de impacto negativo reputacional ultrapassam os riscos de inexistência dessa estrutura

PDTIC

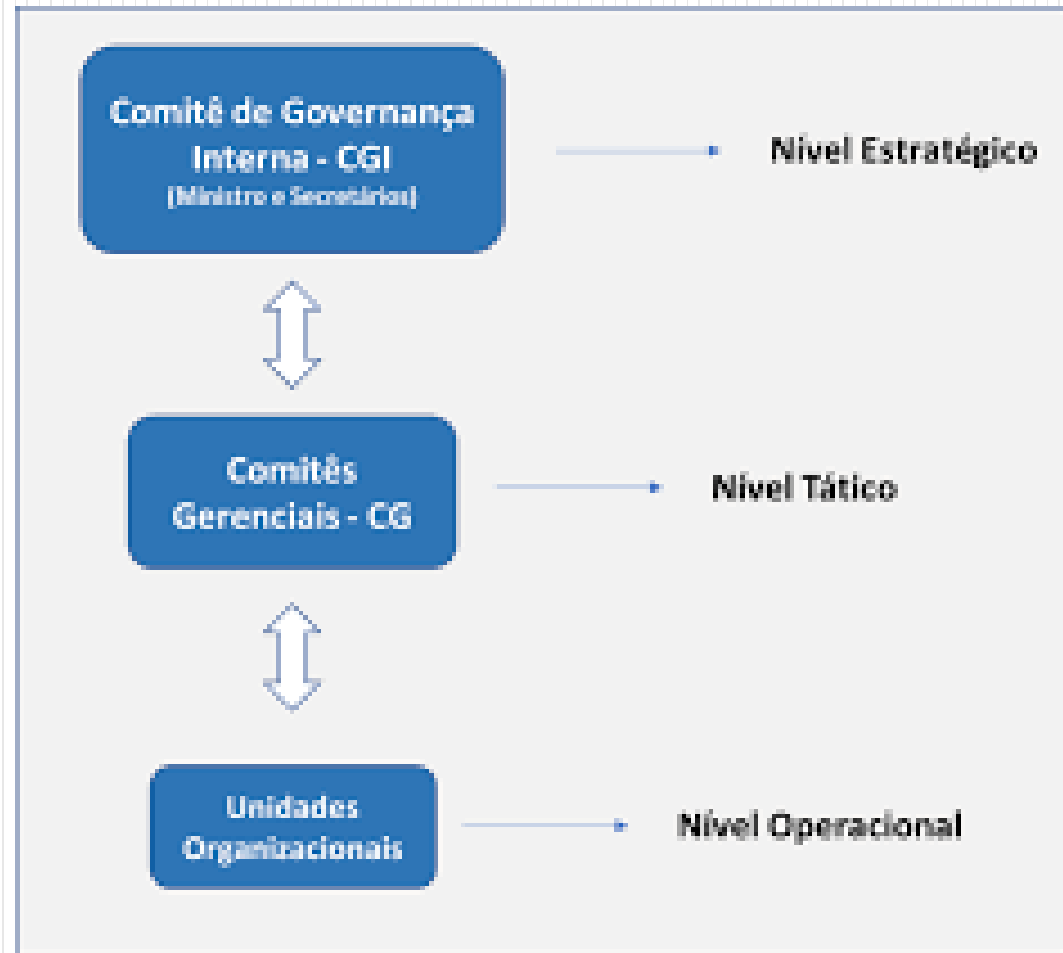
PLANO DIRETOR DE
TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO

2020 → 2023

Previsão no PDTIC



Integração à Governança



Quer se Aprofundar?

- Playlist LGPD

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLN7g9xNBvc9HapH6U0NL8vackZL5ZEDM>

Dúvidas?

Prof. Walter Cunha

falecomigo@waltercunha.com

<https://www.patreon.com/timasters>

<https://www.facebook.com/walter.cunha.7>

<https://www.instagram.com/walter.cunha.7/>

<https://twitter.com/timasters>

<https://www.linkedin.com/in/walter-cunha-19a90721>



PROVAS DE TI
TUDO PARA VOCÊ PASSAR